ISSN: 2358-8829

“É LITERATURA BRANCA ME ENSINANDO A SER PRETO” (FAVELA VIVE 4): A DISPUTA PELA NARRATIVA NEGRA QUE AINDA ENSINA PELA PERSPECTIVA BRANCA

Karine Silva de Paula [1]
Matheus Diniz de Jesus [2]

INTRODUÇÃO

A educação brasileira é um espaço estratégico para compreender as desigualdades raciais, pois participa da circulação de conhecimentos e da formação de identidades e representações sociais. Historicamente, instituições educacionais limitam o acesso da população negra à escolarização, à continuidade dos estudos e a posições de autoridade. As desigualdades também aparecem na seleção e legitimação dos conhecimentos, portanto, discutir representatividade exige investigar quem produz conhecimento e constrói narrativas sobre a sociedade.

Esta pesquisa investiga como o racismo estrutural e institucional distancia a população negra dos espaços de formação, produção e legitimação do conhecimento, perpetuando sua sub-representação e restringindo sua participação na construção das próprias narrativas. Neste sentido, pergunta-se: como a desigualdade racial no sistema educacional brasileiro interfere na representatividade negra e no poder de produzir, controlar e legitimar conhecimentos e narrativas sobre sua existência?

Almeida (2018) compreende o racismo estrutural como constitutivo das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Na educação, manifesta-se em currículos eurocentrados, na insuficiência de referências negras, na desvalorização de experiências afro-brasileiras e na distribuição desigual de oportunidades. Essa dinâmica relaciona-se à colonialidade do poder, discutida por Quijano (2005): hierarquias raciais e coloniais permanecem após o fim da colonização. A colonialidade do saber privilegia certos

[1] Graduada pelo Curso de Engenharia Ambiental do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA, karinesilvadepaula@gmail.com;
[2] Mestrando do Curso de Metrologia e Qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, matheus.diniz@discentes.fat.uerj.br.

ISSN: 2358-8829

conhecimentos e marginaliza outros, como ocorre quando a produção intelectual negra aparece secundariamente ou restrita à escravidão.

Nascimento (2016) evidencia que a violência racial envolve desumanização, exclusão e negação de direitos. Mbembe (2014), ao analisar raça e poder, contribui para compreender processos de classificação, controle e desvalorização. Essas perspectivas situam a desigualdade educacional em uma estrutura que afeta condições materiais, reconhecimento e autorrepresentação negra.

Na escola, as identidades são construídas pelas imagens, relações e práticas pedagógicas. Cavalleiro (2000) demonstra que o silêncio diante do racismo cotidiano naturalizam hierarquias e fragiliza a identidade de crianças negras. Gomes (2003) também compreende a escola como espaço decisivo na construção da identidade negra. A ausência de referências positivas, sobretudo em posições de autoridade e produção de conhecimento, pode reforçar sentimentos de inferiorização.

Dentro deste cenário, Silva (2014) evidencia que a representação envolve relações de poder, pois define identidades e sentidos reconhecidos socialmente. Torna-se relevante observar as posições ocupadas por pessoas negras, os conhecimentos que produzem e sua participação nas decisões sobre narrativas legitimadas. A discussão relaciona-se ao pacto da branquitude, analisado por Bento (2022), que preserva privilégios, e ao epistemicídio discutido por Carneiro (2011), processo de apagamento de conhecimentos de grupos racializados.

A presença de educadoras e educadores negros pode ampliar referências e fortalecer o pertencimento, mas essa valorização é responsabilidade institucional, curricular e política. Hooks (2017) concebe a educação como prática da liberdade, baseada na participação e reflexão crítica. Gonzalez (2020) destaca o reconhecimento das experiências e produções intelectuais negras da diáspora. Walsh (2009), pela interculturalidade crítica, propõe enfrentar estruturas que racializam grupos, revendo conteúdos, métodos e avaliações para incorporar conhecimentos marginalizados.

No Brasil, a Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira; a Lei nº 11.645/2008 incluiu a História e Cultura dos povos indígenas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1/2004, reforçam o compromisso com a diversidade. Sua efetivação depende de formação docente, materiais adequados, continuidade curricular e acompanhamento institucional.

ISSN: 2358-8829

A música Favela Vive 4 é uma manifestação artística de denúncia e resistência. Aborda violência, desigualdade, racismo e precarização da vida nas periferias, afirmando a favela como espaço de existência, memória e produção cultural. Ao questionar narrativas que associam pessoas negras e periféricas à criminalidade, evidencia a disputa pelo direito de narrar a própria realidade.

O objetivo geral é analisar como as desigualdades raciais na educação se relacionam à sub-representação negra nos espaços de formação, produção e legitimação do conhecimento e aos efeitos sobre a identidade e o controle das próprias narrativas. Busca-se compreender as relações entre racismo estrutural, racismo institucional e desigualdade educacional; identificar efeitos da presença ou ausência de referências negras; discutir a representatividade docente e curricular no enfrentamento do apagamento epistemológico; e analisar Favela Vive 4 como expressão de denúncia e resistência.

A pesquisa é exploratória, predominantemente qualitativa, com procedimentos bibliográficos e documentais. A análise contempla desigualdade estrutural, representatividade docente e curricular e disputa narrativa. A desigualdade manifesta-se em currículos pouco representativos, na desvalorização da produção intelectual negra e na concentração do poder de legitimar conhecimentos. Conclui-se que o enfrentamento exige políticas de acesso e permanência, ações afirmativas, efetivação da legislação e protagonismo negro na produção e circulação do conhecimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem qualitativa e apoio de informações quantitativas secundárias, quando disponíveis e devidamente identificadas. O percurso metodológico foi estruturado a partir de revisão bibliográfica, análise documental e interpretação temática de material artístico, considerando as relações entre população negra, representatividade e desigualdade educacional no Brasil.

O corpus bibliográfico foi constituído por três artigos selecionados para a investigação: um estudo sobre a presença da educadora negra na sala de aula, com ênfase na análise de documentos curriculares e dispositivos legais; uma pesquisa sobre a representatividade racial como elemento de mobilização e despertar crítico de

ISSN: 2358-8829

estudantes do ensino médio; e um trabalho sobre racismo, valorização identitária negra e representatividade na Educação Básica. A seleção desses materiais possibilitou reunir perspectivas complementares sobre currículo, identidade, prática pedagógica, representação social e enfrentamento ao racismo.

A análise documental considerou a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008, o Parecer CNE/CP nº 3/2004, a Resolução CNE/CP nº 1/2004 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, conforme os documentos e as discussões presentes no material analisado. Esses dispositivos foram considerados em relação à obrigatoriedade da abordagem da história e cultura afro-brasileira e indígena, à valorização da diversidade e à construção de práticas pedagógicas antirracistas.

A música Favela Vive 4 foi incorporada como material de análise cultural, considerando sua abordagem das desigualdades sociais, do racismo, da violência institucional, da experiência periférica e da resistência negra. A interpretação da composição teve como finalidade compreender como a produção artística participa da construção de narrativas sobre a realidade social.

O tratamento do material ocorreu por meio de leitura interpretativa e organização dos achados em categorias temáticas. Foram estabelecidas quatro categorias analíticas: desigualdade racial e mecanismos de exclusão educacional; apagamento epistemológico e disputa pela legitimidade do conhecimento; representatividade docente e construção identitária; e produção de narrativas, resistência e protagonismo negro.

Por se tratar de uma investigação fundamentada em documentos públicos, produção bibliográfica e material artístico, não houve abordagem direta de participantes ou coleta de dados pessoais. A interpretação dos resultados observou o compromisso com a integridade acadêmica, evitando generalizações indevidas e respeitando os limites de alcance dos estudos examinados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise identifica quatro dimensões da desigualdade racial na educação: identidade negra, apagamento epistemológico e curricular, representatividade docente e produção de narrativas. Os estudos indicam que representatividade não é apenas

presença física, mas reconhecimento de trajetórias, saberes e possibilidades de ocupar espaços de autoridade.

A primeira categoria evidencia que a exclusão educacional interfere no modo como estudantes negros reconhecem e interpretam sua identidade. Essa questão aparece no artigo *"A representatividade racial como propulsora do afetamento e despertar crítico do aluno"*, publicado em 2017 na revista África e Africanidades, de Gabrielle Cotrim D'Alécio. O trabalho relata uma experiência pedagógica conduzida pela professora-pesquisadora no primeiro semestre de 2017, nas aulas de Sociologia de seis turmas do primeiro ano do ensino médio noturno do CIEP 323 Maria Werneck de Castro, na comunidade Para-Pedro, em Irajá, zona norte do Rio de Janeiro. As turmas tinham cerca de vinte matriculados, mas a frequência era aproximadamente metade desse número (D'ALÉCIO, 2017, p. 1-3).

Menos de um quinto dos estudantes se identificou como negro, embora a professora percebesse expressiva presença de jovens negros pelo fenótipo. Apesar disso, os alunos reconheciam o racismo e relatavam experiências próprias ou familiares; alguns diziam ser considerados negros por outras pessoas, mas não se identificavam assim (D'ALÉCIO, 2017, p. 4-5). O estudo sugere que reconhecer o racismo não implica identificação positiva com a negritude. Contudo, a classificação docente baseou-se no fenótipo, não em levantamento estatístico ou autodeclaração validada; trata-se de experiência localizada, não representativa da juventude brasileira.

O resultado dialoga com o preconceito racial abordado por Nogueira (2007) e com a relação entre identidade negra, consciência política e produção cultural discutida por Munanga (2005). D'Alécio (2017) também registra baixas expectativas acadêmicas em relação aos estudantes noturnos, associando-as à dominação racial e às desigualdades socioeconômicas.

A segunda categoria, apagamento epistemológico e currículo, aborda a desigualdade na seleção dos conhecimentos e das referências oferecidas aos estudantes. Em atividades de seleção de personalidades negras e brancas de diferentes gêneros e áreas, as referências negras foram associadas sobretudo ao esporte e entretenimento; as brancas apareceram em campos mais diversos, inclusive política e intelectualidade. O resultado evidencia a restrição do repertório de referências negras (D'ALÉCIO, 2017).

Esse resultado aproxima-se do epistemicídio discutido por Carneiro (2011): a desqualificação e o apagamento dos saberes de grupos marginalizados. Além da

ausência de personagens negros, há insuficiente valorização de suas contribuições à ciência, política, filosofia e literatura, o que limita seu reconhecimento como produtores de conhecimento.

A mesma questão é examinada em *"A Presença da Educadora Negra na Sala de Aula"*, de Fátima Cristina da Silva Santos, sob orientação de Sheila Venancia da Silva Vieira. Diferentemente de D'Alécio (2017), o trabalho não relata intervenção pedagógica ou pesquisa de campo com estudantes: consiste em revisão bibliográfica e análise documental de leis, diretrizes, materiais públicos e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco na presença da educadora negra no currículo prescrito.

O estudo *"A Presença da Educadora Negra na Sala de Aula"* identifica fundamentos legais para a educação antirracista na Lei nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e BNCC (2017), mas ressalta que a legislação não garante sua efetivação. Defende continuidade curricular, autorias negras, nomeação do racismo e acompanhamento pedagógico. Propõe o Quadro ERER-7, com sete critérios: centralidade autoral, continuidade, representatividade, acompanhamento, enfrentamento do racismo, interseccionalidade e coerência legal, para avaliar se a diversidade é tratada de modo permanente, não apenas em datas comemorativas.

O currículo é, assim, espaço de disputa epistemológica. Essa leitura dialoga com Gomes (2017), sobre o movimento negro como produtor de saberes transformadores, e Bento (2022), sobre a influência dos privilégios da branquitude na distribuição de reconhecimento e autoridade.

A terceira categoria, representatividade docente e construção identitária, reúne informações do artigo *"Quando a representatividade importa: reflexões sobre racismo, valorização identitária negra e Educação Básica"*, publicado em 2022 na revista Práxis Educativa, por Adriana Gonçalves Correa, Paulo Melgaço da Silva Junior e Érika Loureiro de Carvalho. O trabalho reflete sobre vivências docentes na Educação Básica e utiliza a escrevivência, conceito associado à produção de Conceição Evaristo (1995), como caminho teórico-metodológico para registrar experiências relacionadas ao racismo, à representatividade e às práticas antirracistas (CORREA; SILVA JUNIOR; CARVALHO, 2022, p. 1-4).

Em uma creche pública municipal do Rio de Janeiro, com crianças do Maternal II, a professora registrou manifestações de branqueamento simbólico, como preferência

ISSN: 2358-8829

por pele branca e cabelos lisos. Em 2018, crianças negras chegaram a se autodeclarar brancas diante do espelho (CORREA; SILVA JUNIOR; CARVALHO, 2022, p. 8-10).

Em 2019, uma menina negra de quatro anos, identificada pelo nome fictício Maria Vitória, abraçou sua professora negra e afirmou que desejava ser como ela quando crescesse. Outras crianças também demonstraram admiração pela docente, associando sua imagem a referências positivas de beleza e identificação (CORREA; SILVA JUNIOR; CARVALHO, 2022, p. 10-11). O episódio sugere a relevância da representatividade, mas é relato de escrevivência, não experimento causal nem evidência de superação definitiva dos padrões racistas de beleza.

Grey Araújo, bailarino formado em 2006 pela Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, relata o significado de ver dois homens negros no palco do Theatro Municipal do Rio de Janeiro durante sua formatura. O episódio evidencia a importância de ocupar espaços excludentes e criar referências profissionais (CORREA; SILVA JUNIOR; CARVALHO, 2022, p. 13).

Os relatos dialogam sobre a participação da escola na identidade negra; estética e empoderamento; a passagem de objeto a sujeito da representação.

A quarta categoria, produção de narrativas, resistência e protagonismo negro, articula os estudos à música Favela Vive 4. Na experiência de D'Alécio (2017), produções culturais foram utilizadas para aproximar o debate racial da realidade dos estudantes. Entre as atividades estavam a discussão da música *"Carta à Mãe África"*, de GOG, com Ellen Oléria, e do manifesto *"Empoderadas Dandara"*, mobilizados em debates sobre gênero, raça e representação da mulher negra. A professora relata manifestações emocionais dos estudantes diante das representações que restringem mulheres negras à função doméstica ou à sexualização de seus corpos (D'ALÉCIO, 2017, p. 23-24).

Nos debates sobre cotas e acesso ao ensino superior, os estudantes revelaram desconhecimento e divergências sobre ações afirmativas. Um aluno sintetizou: *"quem inventa o jogo, inventa a regra"* (D'ALÉCIO, 2017, p. 23). Os registros finais indicaram maior compreensão sobre racismo e direitos; uma estudante cogitou atuar como advogada de direitos humanos (D'ALÉCIO, 2017, p. 25-27).

Também relata Nathan, que se interessou por escrever rap, passou a frequentar batalhas em Olaria e ampliou sua participação escolar. Sem atribuir a mudança

ISSN: 2358-8829

exclusivamente à atividade, o caso ilustra o potencial das linguagens juvenis para favorecer expressão e participação (D'ALÉCIO, 2017, p. 23).

Nesse contexto, Favela Vive 4 constitui uma produção cultural que reivindica o direito de narrar a realidade periférica a partir da perspectiva de seus próprios sujeitos. A música denuncia violência, desigualdade, racismo e condições de vida nas periferias, questionando discursos que responsabilizam individualmente a população negra por problemas estruturais. Sua relevância para a análise está em reconhecer a cultura periférica como espaço de produção de conhecimento, memória, crítica social e resistência.

Os estudos e a música convergem na disputa pelas narrativas: estudantes interpretam suas experiências, crianças encontram referências em educadoras negras e artistas periféricos narram suas comunidades. A população negra passa de objeto a sujeito do discurso. A reflexão dialoga com Evaristo (1995), sobre a escrevivência como inscrição de experiências silenciadas e a autoria da própria história como ato político.

No caso de D'Alécio (2017), a experiência combinou levantamento das referências dos estudantes, discussão de produções culturais e debates raciais. As percepções do racismo coexistiam com dificuldades de reconhecimento identitário. Os dados devem ser lidos nos limites do relato da professora-pesquisadora, sem generalização.

Em Correa, Silva Junior e Carvalho (2022), a escrevivência transforma vivências docentes em material de reflexão. A construção identitária aparece em interações cotidianas, falas, referências estéticas e vínculos afetivos, não apenas em atividades formais. A experiência da creche ressalta a importância de referências negras positivas desde a Educação Infantil.

A análise de Favela Vive 4 amplia a discussão para além da escola. A música apresenta produções periféricas como formas de interpretar a sociedade e elaborar leituras próprias sobre violência, racismo e desigualdade. Não é apenas recurso ilustrativo, mas produção de crítica social e conhecimento.

Em síntese, D'Alécio (2017) apresenta uma experiência no ensino médio noturno de Irajá; Correa, Silva Junior e Carvalho (2022) reúnem relatos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da formação em dança; e o presente estudo analisa

ISSN: 2358-8829

documentos e bibliografia para defender autorias negras, enfrentamento do racismo e acompanhamento institucional.

A desigualdade racial ultrapassa acesso e permanência, alcançando identificação, reconhecimento e produção do conhecimento. A presença negra deve envolver posições de autoridade, valorização intelectual e inclusão curricular. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são fundamentais, mas dependem de práticas permanentes, formação docente, materiais representativos e compromisso institucional. Representatividade implica participação nas decisões, reconhecimento dos saberes e direito de narrar a própria história, enfrentando exclusões materiais, simbólicas e epistemológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sub-representação da população negra nos espaços de formação, produção e legitimação do conhecimento constitui expressão de uma estrutura que distribui desigualmente oportunidades, reconhecimento e autoridade. Nesse contexto, a desigualdade educacional também se manifesta na seleção dos conteúdos, na valorização de determinadas matrizes de conhecimento e na restrição da participação negra na construção das narrativas socialmente reconhecidas.

A presença de educadoras e educadores negros, a incorporação de autorias negras nos currículos e a valorização das experiências afro-brasileiras podem contribuir para o fortalecimento do pertencimento e para a ampliação das possibilidades de identificação dos estudantes. Entretanto, tais iniciativas não devem depender exclusivamente da atuação individual de profissionais comprometidos, sendo necessário que as instituições assumam responsabilidade pela implementação de políticas permanentes de enfrentamento ao racismo.

A música Favela Vive 4 contribuiu para ampliar a compreensão do problema ao evidenciar a disputa pelo direito de narrar a própria realidade. A aproximação entre essa manifestação artística e os estudos sobre educação permite reconhecer que a disputa pela representatividade também envolve o controle das narrativas e a possibilidade de participação dos sujeitos negros na definição dos sentidos atribuídos às suas próprias experiências.

No campo das políticas educacionais, a efetivação da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008 permanece fundamental. Contudo, sua implementação precisa ser

acompanhada de formação continuada de professores, revisão dos materiais didáticos, ampliação da presença de intelectuais negros nos referenciais curriculares, fortalecimento das políticas de permanência e criação de mecanismos institucionais de monitoramento. As ações afirmativas também devem ser compreendidas como instrumentos de enfrentamento das desigualdades históricas, especialmente quando articuladas à ampliação do acesso a espaços de formação e autoridade.

Como contribuição para a comunidade científica e para a gestão educacional, a pesquisa reforça a necessidade de avaliar a representatividade não apenas pela quantidade de pessoas negras presentes nas instituições, mas também pela distribuição de posições de decisão, pela participação na produção intelectual e pelo reconhecimento de seus conhecimentos. Essa perspectiva pode subsidiar investigações sobre currículos, trajetórias docentes, permanência estudantil e políticas institucionais de equidade racial.

Conclui-se que enfrentar as desigualdades raciais na educação brasileira exige mais do que ampliar a presença da população negra nos espaços institucionais: requer transformar as condições que determinam quem tem o direito de ensinar, pesquisar, produzir conhecimento, ocupar posições de autoridade e narrar a própria história. A representatividade, nessa perspectiva, não é apenas uma questão de visibilidade, mas uma condição para a democratização do conhecimento e para a construção de uma educação comprometida com a justiça racial.

Palavras-chave: Racismo; Ensino; Representatividade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações**

Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF: CNE, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2000.

CORREA, Adriana Gonçalves; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da; CARVALHO, Érika Loureiro de. **Quando a representatividade importa: reflexões sobre racismo, valorização identitária negra e Educação Básica.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 17, e19407, p. 1-17, 2022. DOI: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.19407.092.

D'ALÉCIO, Gabrielle Cotrim. **A representatividade racial como propulsora do afetamento e despertar crítico do aluno.** Revista África e Africanidades, ano X, n. 25, out./dez. 2017. ISSN 1983-2354.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Belo Horizonte: Pallas, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3**. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SILVA, Denise Ferreira da. **De epistemicídio, (in)visibilidade e narrativa: reflexões sobre a política de representação da identidade negra em Cadernos Negros.** Ilha do Desterro, Florianópolis, n. 67, p. 51-62, jul./dez. 2014.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver.** In: CANDAU, Vera Maria (org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.